

Unidades portuguesas de cuidados paliativos partilharam experiências

Comunicação eficaz é indispensável

«Experiências portuguesas em cuidados paliativos» foi o tema de uma sessão da VI Reunião Científica da Associação Nacional de Cuidados Paliativos, evento que decorreu entre 27 e 29 de Maio passado, no auditório do Centro Regional de Oncologia do Porto. Foi moderador desta sessão o Dr. Ferraz Gonçalves

Dr.ª Isabel Costa, do Centro Regional de Oncologia do Porto, começou por traçar um historial da Unidade de Cuidados Continuados desta unidade. Após caracterizar os recursos humanos, revelou, além de outros dados, que «entre os internados os sintomas mais frequentes são a dor (82%), a astenia (77%), a sonolência (72%), a tristeza (54%) e o delírio (48%)». Seguidamente, a Enf.ª Conceição Pereira falou sobre o centro de dia da mesma unidade de saúde. Segundo esta profissional, é necessário «promover a auto-estima do doente e ajudá-lo a manter-se activo até ao fim», pelo que naquele centro de dia «temos sessões de costura, tapeçaria e bordados», assim como «sessões de arte narrativa». Através destas actividades, os doentes «exprimem sentimentos, deixam mensagens, resolvem questões. Também recorremos à musicoterapia e ao relaxamento».

Foi a vez de o Serviço de Medicina Paliativa do Hospital do Fundão, pela voz do Enf. Vasco Rodrigues, partilhar a sua experiência. Este serviço que presta «assistência global e contínua aos doentes em fase terminal e às suas famílias», pretende promover cada vez mais «a investigação nos cuidados paliativos». De acordo com o Enf. Vasco Rodrigues, os elementos essenciais ao trabalho daquele hospital são, entre outros, as «medidas multidisciplinares, a

abordagem integrada dos doentes e a preocupação com as respectivas famílias».

periódicas, discussão de casos-problema, discussão de dilemas éticos, formação, acti-

de cuidados; deve existir uma equipa multidisciplinar disponível, devidamente treinada nesta área; e deve promover-se a resolução da maior parte das situações clínicas em apoio domiciliário, com acesso a internamentos alternativos». Apesar de os constrangimentos no âmbito dos cuidados paliativos serem consideráveis, a especialista, citando Aristóteles, concluiu o seu discurso com uma mensagem de esperança: «Somos o que

Garantir a competência

Questionado pelo «TM» sobre a forma como decorreu a Assembleia Geral da Associação Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), realizada durante esta reunião científica, o Dr. Ferraz Gonçalves, Presidente desta associação, afirmou que a reunião magna «decorreu dentro da normalidade. Foi um encontro simples, eu diria quase rotineiro». Uma das coisas de que se falou, referiu ainda, «foi sobre o desenvolvimento da ANCP, nomeadamente o futuro do nosso boletim, que foi criado desde o início e que se tentou que evoluísse para: uma revista de cuidados paliativos. Esperamos agora que os sócios colaborem e enviem, de facto, material para conseguirmos finalmente concretizar esse projecto importante». Um outro aspecto revelado pelo Dr. Ferraz Gonçalves relaciona-se com o próximo congresso da ANCP, a realizar em Coimbra, no próximo ano, ainda sem data nem local exactos. Por outro lado, acrescentou, «vai ser constituído um grupo de trabalho para delinear as directrizes de qualidade que as equipas de cuidados paliativos devem ter para se constituírem e para serem consideradas. Pode acontecer que se criem unidades de cuidados paliativos e depois não se saber se elas têm de facto competência».

A concluir, o Dr. Ferraz Gonçalves sublinhou: «Temos que voltar a insistir no desenvolvimento das unidades de cuidados paliativos».

Articulação

A Dr.ª Ana Bernardo, do Centro de Saúde de Odivelas, realçou em seguida que, além de se «fazer uma abordagem holística e promover o bem-estar dos profissionais», é fundamental existir «uma equipa multidisciplinar». «Não é possível prestar cuidados paliativos isoladamente», salientou. Quanto aos pontos essenciais para o bom funcionamento de um serviço deste tipo, sugeriu, baseada na experiência do centro de saúde onde trabalha, «reuniões multidisciplinares e

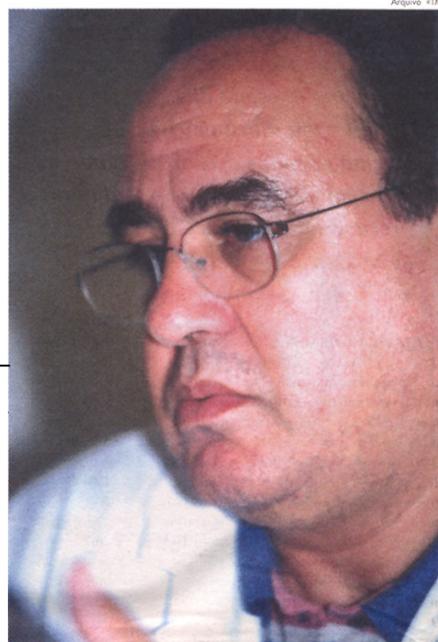
vidades lúdicas, relaxamento e reuniões de avaliação». Outro aspecto debatido pela especialista foi a importância da articulação. Como realçou, «o trabalho de articulação com os médicos de família, o encaminhamento dos casos e o estabelecimento de consensos de actuação são aspectos fulcrais».

No que diz respeito às premissas necessárias para a prática de cuidados paliativos no domicílio, esta médica referiu que deve conhecer-se «a vontade do doente e da família acerca do local para prestação

repetidamente fazemos. A excelência não é, prprio, obra do acaso».

Veleiros

Depois de a Dr.ª Teresa Fiuza ter partilhado a experiência da Misericórdia da Amadora, coube à Enf.ª Ana Rocha relatar a do Centro Regional de Oncologia de Coimbra. Salientando que o objectivo do trabalho é a «promoção da qualidade de vida do doente», expôs aqueles que, na sua opinião, são os «pilares de paliar»: doente e família, comunicação



«Vai ser constituído um grupo de trabalho para delinear as directrizes de qualidade que as equipas de cuidados paliativos devem ter para se constituírem e para serem consideradas. Pode acontecer que se criem unidades de cuidados paliativos e depois não se saber se elas têm de facto competência», afirmou o Dr. Ferraz Gonçalves.

- a base da relação terapêutica e mais importante instrumento terapêutico -, assim como trabalho disciplinar».

Entre as perspectivas que considera importantes para a reformulação dos cuidados paliativos, destacam-se a «existência de uma rede de apoio domiciliário, a expansão dos cuidados paliativos a outras áreas da Medicina, o incentivo à investigação e a formação de profissionais». Para finalizar, esta prelectora recorreu a um tema de Mafalda Veiga - Lume - e apelou: «Não podemos deixar que o doente perca tempo, o tempo corre (...) Nós não somos mais do que os ouvintes dos gritos que os doentes trazem dentro. Os cuidados paliativos são um veleiro que pretende ir sempre mais além».

A última oradora desta sessão foi a Dr.ª Ana Cabral, Coordenadora da Associação «Cidadãos Pró-Cuidados Paliativos», que realçou ser um dos objectivos

da associação «reclamar para os cidadãos o direito aos cuidados paliativos». Ou seja, «como cidadãos temos direito à dignidade e a maneira como podemos exigir esse direito é dar a conhecer os cuidados paliativos». Com o intuito de incluir aquele tipo de cuidados na Constituição da República Portuguesa, aquela associação entregou na Assembleia da República, no passado dia 26 de Fevereiro, uma petição com 24 000 assinaturas válidas, conforme «TM» noticiou oportunamente. «Missão cumprida?», questionou a Dr.ª Ana Cabral, para logo responder: «A Constituição vai voltar a ser revista brevemente e pode ser que sejam tidas em consideração as nossas ideias. Mas nada é seguro, temos de lançar mãos à obra. O nosso êxito depende da actividade de cada um enquanto cidadão».

Ana Bernardo

No que diz respeito às premissas necessárias para a prática de cuidados paliativos no domicílio, a Dr.ª Ana Bernardo referiu que deve conhecer-se «a vontade do doente e da família acerca do local para prestação de cuidados; deve existir uma equipa multidisciplinar disponível, devidamente treinada nesta área; e deve promover-se a resolução da maior parte das situações clínicas em apoio domiciliário, com acesso a internamentos alternativos»